



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

FOME DE MUDANÇA: UM ENSAIO TEÓRICO-PRÁTICO A PARTIR DO PROGRAMA KITANDAS DE PORTO ALEGRE/RS

Maiz Bortolomiol Dias¹
Paulo André Niederle²

GT 09: Políticas públicas, segurança alimentar e combate à fome.

RESUMO

Em um contexto de múltiplas crises e desigualdades brutais, vivenciamos uma sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas que têm em comum os sistemas alimentares hegemônicos como impulsionadores. A forma monótona como os alimentos são produzidos, processados, transportados e consumidos tem gerado uma série de impactos socioambientais que afetam a população de maneira desigual, injusta e estratificada por marcadores sociais como gênero, raça e classe. Diante disso, emergem movimentos que buscam transformar os sistemas agroalimentares, estratégias populares de combate à fome e formas de resistência criadas pela sociedade civil organizada baseadas na luta por direitos, equidade e justiça. Este trabalho busca realizar uma análise crítica em torno dos problemas alimentares atuais de forma a dialogar com uma iniciativa de democratização do acesso a alimentos saudáveis nas periferias de Porto Alegre/Rio Grande do Sul, o Programa Kitandas do Instituto Camélia.

Palavras-chave: sindemia global; justiça alimentar; democracia alimentar; desigualdade alimentar; cidadania alimentar.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade majoritariamente urbana, onde fornecer alimentos de qualidade a uma população exponencial que também carece de renda e saúde, em um mundo de recursos finitos, é um grande desafio. Isso afeta a agenda social, política e acadêmica internacional, fazendo com que as pesquisas sobre desenvolvimento rural considerem progressivamente as questões alimentares e, sobretudo, urbanas (Schneider; Preiss; Marsden, 2022). O papel das cidades na promoção de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis tem

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), maizbortolomiol@hotmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), pauloniederle@gmail.com.

sido cada vez mais discutido e um dos motivos é a gravidade dos níveis de insegurança alimentar nas populações das periferias urbanas. Nas cidades, 57,8% das pessoas apresentam algum grau de insegurança alimentar e 15% das pessoas estão em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, fome. O contexto da fome não poupa nem mesmo os produtores de alimentos. No campo, 63,8% dos habitantes rurais estão em insegurança alimentar e 18,6% dos moradores passam fome (REDE PENSSAN, 2022).

Produzimos alimentos suficientes para alimentar o mundo, no entanto, temos cerca de 828 milhões de pessoas passando fome, número que vem aumentando nos últimos anos (FAO, 2022). No Brasil, as contradições e desigualdades são ainda mais visíveis. Em um dos maiores produtores e exportadores de “alimentos” do mundo, 33 milhões de pessoas passam fome, segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Ao mesmo tempo, no Mato Grosso, estado que lidera o ranking de produção de soja e carne no país, observamos dezenas de pessoas fazendo filas para receber doação de ossos em açougues. Além disso, o Brasil está entre os países com maiores índices de obesidade no mundo, onde dados do Ministério da Saúde apontam que a obesidade atinge 31,88% da população e o sobrepeso, 31%. Diante disso, vivenciamos o que muitos autores têm chamado de “Sindemia Global” de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, ou seja, uma sinergia de pandemias que coexistem no tempo e no espaço, interagem entre si e compartilham fatores fundamentais comuns, consistindo em um conceito que trata sistematicamente da alimentação e seus impactos na saúde e no meio ambiente (Swinburn et al., 2019).

O reconhecimento de que o sistema agroalimentar foi e continua sendo um terreno contestado caracteriza um espaço importante para a agência individual e coletiva de onde emergem múltiplas e diversas formas de resistência, seja por parte de organizações e movimentos sociais ou de cidadãos da sociedade civil que passam a desenvolver práticas de produção, distribuição/comercialização e consumo mais conscientes e responsáveis, que vêm atreladas a uma politização dos alimentos e do consumo bem como ao fenômeno de ativismo alimentar, onde, ações individuais conectadas a outras práticas sociais politizadas, podem se apresentar como ações sociais coletivizadas (Schubert e Portilho, 2023). A alimentação configura-se então como objeto de análise social e de compreensão do viver em sociedade. Além disso, tornaram-se motores de interação social e, conseqüentemente, fonte de distinção social e construção de identidade (Schneider, Preiss e Marsden, 2022).

As desigualdades sociais e o racismo determinam quem tem acesso à alimentação e sobretudo à alimentação saudável no Brasil (CASTRO, 2023). Castro Junior (2018), demonstra que nas cidades, a localização geográfica é uma barreira no acesso aos alimentos in natura e

culturalmente adequados, há desigualdade na distribuição dos comércios de alimentos e os tipos de produtos vendidos onde as regiões com piores indicadores de renda são aquelas que possuem menos acesso a alimentos saudáveis. O grupo de pesquisa intitulado “*Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy*” se concentrou em desenvolver o conceito de “desigualdades alimentares”, que destaca as diferenças existentes entre grupos distintos de pessoas em relação a produção, distribuição e consumo de alimentos. Algo a se enfatizar é que o conceito de desigualdade alimentar descentraliza o sujeito abstrato dos sistemas alimentares e passa a entendê-los como sujeitos particularmente situados, ou seja, sujeitos marcados por classe, gênero, raça e outros eixos de diferença (MOTTA, 2021).

No contexto atual é fundamental refletir sobre o acesso à alimentação, sobre quem não tem acesso a esses alimentos, sobre as desigualdades alimentares. A interseccionalidade em torno da alimentação não pode mais ficar de fora das discussões e conceitos como justiça alimentar, cidadania e democracia alimentar emergem como importantes referenciais para abordar o tema. Nesse sentido, este trabalho busca realizar análise crítica em torno dos problemas alimentares atuais de forma a dialogar com as estratégias populares e formas de resistência criadas por parte da sociedade civil organizada, neste caso específico, com uma iniciativa de comercialização de alimentos saudáveis nas periferias de Porto Alegre/Rio Grande do Sul.

PARA ALÉM DA FOME, DO ULTRAPROCESSADO CONVENCIONAL E DO ORGÂNICO ALTERNATIVO

O sistema agroalimentar global passou por diversas mudanças ao longo da história, tornando-se um importante objeto de análise no campo dos estudos sobre desenvolvimento e economia, o que se mantém até os dias atuais. Em um contexto de globalização e aumento demográfico, os processos de industrialização e modernização agrícola se consolidaram como paradigmas dominantes e passaram a orientar o sistema agroalimentar, que se organizou de forma corporativa, de ponta a ponta, desde as etapas envolvidas na produção, influenciando na definição do que e como será produzido, bem como no transporte, distribuição, acesso e no consumo. Essa conformação não demorou muito para mostrar seus limites e problemas, que são, sobretudo, de ordem ecológica e social. Estudos têm demonstrado como os impactos sociais, ambientais e econômicos atingem de maneira muito desigual a população, dependendo de marcadores sociais como classe, raça e gênero. O sistema alimentar global é, portanto, caracterizado por racismo institucional, macrodinâmica de desigualdades de gênero e uma colonialidade de poder (Alkon e Agyeman 2011; Patel 2012).

Em contraposição ao sistema agroalimentar dominante emergem movimentos contra hegemônicos muito baseados nos circuitos curtos de comercialização (CCC) ou cadeias curtas de abastecimento e nas Redes agroalimentares alternativas (RAA). Os CCC são formas de interação entre produção e consumo onde há o encurtamento das distâncias, sejam elas físicas, sociais, culturais e/ou econômicas, e do resgate da origem e da identidade dos alimentos, onde passam a prevalecer, para além do preço, critérios baseados em valores, princípios e significados simbólicos, éticos, culturais e socioambientais (Gazolla e Schneider, 2017). As RAA são uma categoria genérica de análise acadêmica para o estudo de alternativas ao modelo agroalimentar industrial. Elas têm algumas características centrais que incluem: cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso dos produtos de base ecológica (GOODMAN et al., 2012).

Entretanto, é preciso estar atenta às desigualdades mesmo quando se fala em CCC e RAA. Em seu trabalho, Azevedo (2015) sustenta que, por um lado, "a compra direta de alimentos locais é percebida como um processo de democratização alimentar, uma declaração de independência do império mantido pelos supermercados". No entanto, por outro lado, "a prática de consumir alimentos locais ainda é considerada excludente, elitizada e permitida apenas a uma parte da população que pode arcar com os custos do alimento local". Inúmeros autores chamam a atenção para o equívoco de confundir mercados locais e diretos com "democracia alimentar" (Hinrichs, 2000; Winter, 2003). Winter (2003) e Goodman, Dupuis e Goodman (2012), defendem que é necessário "se libertar de um local que é fetichizado como intrinsecamente moral e mais justo". Hinrichs (2003), Goodman, Dupuis e Goodman (2012), Wilkinson e Goodman (2017) alertam para os problemas do "localismo defensivo" ou "localismo não reflexivo" (Hinrichs, 2003), que, facilmente podem ser ainda mais excludentes, injustas e desiguais do que as próprias dinâmicas ditas globais de mercado.

Goodman (2009) aponta para uma das questões mais polêmicas em torno do localismo, o fato de que o abastecimento de produtos alimentícios de "qualidade", via cadeias curtas e redes alternativas é limitado, em geral, a consumidores que detêm capital econômico. Há uma forte dimensão de classe nas relações sociais de consumo de alimentos locais, orgânicos e alternativos. O autor faz uma análise crítica sobre o tema e chama atenção para aspectos desiguais de consumo e de varejo desses alimentos, incorporando na discussão as dimensões de classe, gênero, raça e etnia. Diferente da promessa de acesso mais democrático aos produtos locais, as relações sociais de consumo mostram-se desiguais, na medida em que, conforme

argumenta Goodman (2004), o que se vê na prática, é a exigência de níveis altos de capital econômico e cultural para acessá-los, o que configura um “novo” sistema alimentar excludente, hierarquizado, estratificado por renda e por outros marcadores sociais.

Goodman e Dupuis (2002), ao analisarem diferentes formas de agência, onde o político é determinado como “capacidade de agir” e incorporado nas práticas sociais cotidianas, mobilizam a polêmica noção de “consumidor reflexivo”. Guthman (2002) constata uma séria concepção elitista da reflexividade, segundo a qual o gosto popular seria predeterminado e automatizado, ao passo que apenas os consumidores de alimentos ecológicos seriam reflexivos. Fica muito evidente que o poder de escolha sobre do que se alimentar está claramente subordinado à renda da população, que é desigualmente distribuída. Essa desigualdade, além de social, é também espacial. As “geografias desiguais” de varejo são destacadas por Goodman (2009) em dois casos exemplares de “aburguesamento foodie” em Londres, o que é corroborado pelo estudo de Motta (2021), que afirma que “as desigualdades resultam de uma distribuição estrutural desigual de ambientes alimentares, pois os bairros pobres muitas vezes não têm acesso a alimentos de qualidade e acessíveis”.

Em um contexto de volta da fome no Brasil, uma pesquisa realizada em 2020 por Galindo et al. (2022), intitulada “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, mostrou que seis em cada dez casas brasileiras vivem em insegurança alimentar, 59,9% dos domicílios entrevistados. Renata Motta, que participou da pesquisa, declara que “a expressão mais grave e mais drástica das desigualdades sociais é a fome”, ela ainda enfatiza que “essa fome tem consequências irreversíveis para a saúde, pois há a redução de consumo de alimentos saudáveis e o aumento expressivo do consumo de alimentos industrializados”. Algo que merece destaque é a desigualdade brutal entre aqueles em situação de insegurança alimentar. Os principais marcadores sociais que aprofundam essa desigualdade são: local onde se mora (urbano *x* rural, centro *x* periferia, regiões), gênero, raça ou cor da pele e idade. Dados da pesquisa demonstraram que a média nacional para as regiões urbanas é de 55,7% e nas áreas rurais é de 75%; Se o único responsável pelo domicílio é uma mulher, o número em relação à média nacional sobe para 74%; Se a pessoa se identificar racialmente como preta sobe para 68% e se parda, 67%; Nos domicílios com crianças de até quatro anos esse número saltou para 71% e em 63% dos domicílios com crianças entre 5 anos e adolescentes até 17 anos, há insegurança alimentar (Galindo et al., 2022). Sendo assim, é possível afirmar que estes recortes têm impacto muito grande no que tange a segurança alimentar e nutricional da população, o que demonstra a interseccionalidade em torno da alimentação.

As desigualdades sociais e o racismo determinam quem tem acesso à alimentação e

sobretudo à alimentação saudável no Brasil (CASTRO, 2023). Castro Junior (2018), demonstra que nas cidades, a localização geográfica é uma barreira no acesso aos alimentos in natura e culturalmente adequados, há desigualdade na distribuição dos comércios de alimentos e os tipos de produtos vendidos onde as regiões com piores indicadores de renda são aquelas que possuem menos acesso a alimentos saudáveis. Nos centros, áreas de alta e média renda, e a população está mais próxima de estabelecimentos que vendem produtos saudáveis. Nas periferias, áreas de baixa e média renda, a situação se agrava muito, a população está mais próxima de locais - pequenos mercados, quitandas e bares - que vendem alimentos processados e ultraprocessados (que são mais baratos e de maior durabilidade) e muitas vezes não há estabelecimentos que vendem alimentos saudáveis, obrigando as pessoas a se deslocarem para outros bairros ou para o centro para comprar frutas, verduras e legumes. Isso afeta inclusive a cultura alimentar das pessoas, levando a perdas identitárias. Essa realidade configura o que é chamado de Pântano alimentar e Deserto alimentar³.

A presença de Pântanos e Desertos Alimentares nas periferias revela o problema dos ultraprocessados nas dietas das pessoas mais pobres (Fontolan e Lima, 2022). Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em 2018, observou que houve um menor consumo regular de frutas e hortaliças entre a população negra (39,1%) do que a população branca (29,5%). Além disso, a pesquisa verificou maior frequência dos indicadores de excesso de peso (55,8 vs. 51,6%) e obesidade (21,8 vs. 19,6%) entre as mulheres negras quando comparadas às brancas (Brasil, 2019). Esse fenômeno tem sido chamado de *nutricídio*, um conceito que tem um forte recorte de raça e que trata da destruição nutricional do povo negro por meio da alimentação, seja pelo não acesso ao alimento ou pelo consumo de alimentos de baixa qualidade que por sua vez provocam doenças crônicas e levam a adoecimento e morte (CASTRO, 2022).

Segundo Castro (2023), o conceito de *Apartheid Alimentar (food apartheid)*⁴, é utilizado para destacar as estruturas políticas racialmente discriminatórias que impactam o acesso aos alimentos. O *Apartheid Alimentar* foi potencializado durante a crise sanitária da

³ O termo “pântanos alimentares” também caracteriza locais onde há a venda de alimentos altamente calóricos e com poucos nutrientes, como redes de fast food ou lojas de conveniência. O termo “deserto alimentar” é utilizado para designar localidades onde a oferta de alimentos saudáveis é limitada, ou seja, onde o acesso físico a alimentos in natura ou minimamente processados é restrito. (IDEC, 2019).

⁴ O termo foi cunhado pela líder Karen Washington para iluminar as causas profundas por trás do que o governo dos EUA chama de “desertos alimentares”, onde o acesso limitado a alimentos saudáveis e acessíveis é impulsionado pelo racismo sistêmico e leva ao aumento das taxas de doenças crônicas em negros, Indígenas e outras comunidades de cor. Disponível em: <https://regeneration.org/nexus/food-apartheid#:~:text=Food%20apartheid%20is%20a%20system.access%20due%20to%20systemic%20injustice>.

Covid no Brasil. De um lado, o aumento no consumo de ultraprocessados por famílias em situação de pobreza, de outro lado, o mercado de orgânicos crescia em 30% (SILVA, 2020; ORGANICS, 2020). Galindo et al. (2022) também apontam para o fato de que esta situação vem de antes da pandemia, a qual, por sua vez, piorou um quadro que já era gravíssimo. Tal informação é corroborada pelo 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, o qual anunciou que em 2022, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer.

Com a entrada de um governo de esquerda em 2003, foi implementada uma agenda política de combate à fome e de promoção do direito à alimentação que vinha gerando bons resultados como, por exemplo, a saída do Brasil, em 2014, do Mapa da Fome das Nações Unidas e o reconhecimento internacional em relação a políticas públicas agroalimentares como o PAA, o PNAE e a PNAPO. No entanto, houve uma reversão de agendas desde a polarização política e social após as manifestações de 2013. Desde o golpe contra a ex-presidente Dilma em 2016 ocorreu uma radical mudança de rumo no país, onde, para além do desmonte de políticas de proteção social e combate à fome, políticas agroalimentares robustas que garantam o direito humano à alimentação adequada deixaram de ser prioridade, ao mesmo tempo, o preço dos alimentos aumentava.

Em outubro de 2018, sob o lema “Sem democracia não há Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, os integrantes do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), Francisco Menezes, Renato Maluf e Maria Emília Pacheco, assinaram uma carta alertando sobre os riscos iminentes à democracia e declaram apoio ao então candidato de esquerda, Fernando Haddad. Em 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), um dos mais importantes órgãos no que tange a garantia do direito à alimentação e o exercício da cidadania alimentar, foi então extinto. Em uma entrevista concedida à BBC News Brasil, em junho de 2022, o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) no Brasil, Rafael Zavala, disse que "não se priorizou o combate à fome em nível nacional". Percebeu-se as consequências de um Estado mínimo, inoperante e ausente que o “novo” governo eleito precisará recuperar.

Diante deste contexto disruptivo, em 2021, na cidade de Porto Alegre/RS, o Instituto Camélia, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que utiliza a educação popular, a agroecologia e o trabalho coletivo e articulado em rede para reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável, cria o Programa Kitandas (Kitandas com “k” em função do resgate do idioma de matriz africana Kimbundu), por meio de

uma parceria com a Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (RedeCoop), em especial a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt). O objetivo principal do programa é a geração de trabalho e renda para mulheres negras periféricas (afroempreendedorismo feminino e de periferia), ampliando e descentralizando o acesso aos alimentos saudáveis, via circuitos curtos de comercialização e a preços justos, de forma a (re)conectar campo e cidade (quem consome de quem produz) e desenvolver práticas de educação alimentar e popular. As Kitandas são, portanto, espaços de comercialização de alimentos saudáveis, diversificados e sazonais, por vezes orgânicos, da agricultura familiar e camponesa, geridos por mulheres negras, de bairros periféricos de Porto Alegre/RS.

O programa iniciou com duas Kitandas pilotos inauguradas em julho de 2021, as quais permanecem abertas até então, e tem planos de ampliar o número de Kitandas nas periferias de Porto Alegre e, futuramente, para periferias de outras cidades do estado do Rio Grande do Sul. As kitandeiras passam por um processo de seleção pelo Instituto Camélia, posteriormente, as contempladas tem uma formação/capacitação, recebem um “kit” para abrir a Kitanda (com banners, gondolas, aventais, balanças e calculadoras) e ainda recebem a primeira carga de alimentos para comercialização, para assim garantir capital de giro para as próximas compras. As compras de alimentos pelas kitandeiras passam a ocorrer semanalmente através do contato direto delas com as cooperativas. Em quase dois anos de existência, muitos foram os aprendizados, onde as kitandeiras, em parceria com o Instituto Camélia e as cooperativas, já puderam identificar os principais desafios e gargalos deste programa.

Essa iniciativa, que estabelece redes de cooperação, envolve a luta por direitos, sobretudo o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Além disso, promove a aliança campo-cidade e a economia solidária. O protagonismo de mulheres, negras, periféricas e de povos de tradição de matriz africana dá o caráter interseccional tão necessário e relevante nas agendas políticas e de pesquisas. Cabe destacar que o programa Kitandas deu origem ao que o Instituto Camélia vem chamando de Rede Kitandas de Mulheres Negras, que representa o conjunto das relações estabelecidas entre as Kitandas, englobando, para além das kitandeiras, os grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço.

O caso das Kitandas pode ser, em um primeiro momento, analisado como um circuito curto de comercialização (CCC), ou então como uma rede agroalimentar alternativa (RAA), conceitos estes que são muitas vezes utilizados como sinônimos. A diferença entre eles está relacionada a distintas perspectivas teóricas de análise, enquanto alguns autores mobilizam a abordagem das cadeias de valor, outros mobilizam a análise de redes sociais. Ao passo que a

primeira foca na interação entre produtores e consumidores, nas redes agroalimentares o consumo como ato político é realizado. Cabe destacar aqui que a alimentação é política no sentido de que “relações de poder, assimetrias e disputas estão inseridas em práticas de produção, distribuição, preparação, consumo e desperdício de comida” (MOTTA, 2021).

De acordo com Schubert e Portilho (2023), nos últimos anos tem havido uma mudança na compreensão do consumo político, que passa a ser entendido não mais apenas como uma ação de cidadãos-consumidores individuais, que agem de forma reflexiva no mercado, mas como uma ação praticada por grupos organizados, até porque, ações que transferem exclusivamente para o indivíduo a responsabilidade sobre uma alimentação saudável, ignoram as desigualdades sociais brutais presentes na nossa sociedade. Essas novas formas de engajamento social em torno das pautas alimentares, configuram o que alguns autores vêm caracterizando como Ativismo Alimentar. A partir da Teoria das Práticas Sociais, sobre o que caracterizam como “ação individual coletivizada”, Schubert e Portilho (2023), de maneira menos dicotomizada e determinista (ações individuais *versus* ações coletivas), sugerem a definição de ativismo alimentar como:

(...) um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando a, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais (Schubert; Portilho, 2023, p.19-45).

Os autores defendem que as práticas nas quais os indivíduos se engajam, quando incorporam um viés contestatório – que lhes daria a dimensão política –, podem se configurar como uma forma de ativismo alimentar. Tendo as práticas sociais como perspectiva analítica e unidade de análise, a ação social (considerando que uma série de ações compõem uma prática social) não se constitui apenas a partir de processos cognitivos, mas sim a partir do engajamento dos indivíduos em determinadas práticas e da conexão que estabelecem com o mundo material à sua volta (coisas, organismos, outras pessoas etc.), orientando-se de forma contextual, situacional e relacional (Schubert e Portilho, 2023).

As Kitandas, como são chamadas, apesar de pequeninas, do alcance local e ainda restrito a um número modesto de pessoas, podem ser consideradas como um caso de ativismo alimentar que compõe um movimento social mais amplo de combate à fome e a pobreza, de luta por direitos e justiça. Trata-se da construção coletiva de um “novo” mercado, gerido por mulheres, negras, periféricas, empreendedoras, referências comunitárias, que aproxima agricultores familiares, muitos agroecológicos ou em transição, organizados em redes de cooperação, de

consumidores situados nas periferias, movimentando assim a chamada economia solidária local, descentralizando e democratizando o acesso, que é um direito, aos alimentos saudáveis. O DHAA é previsto pelo Art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948. No Brasil, em 2010, a alimentação foi incluída no Art. 6º da Constituição Federal como um dos direitos fundamentais. Como enfatizam Niederle e Wesz Jr. (2018), na medida em que a alimentação se torna um direito, cabe – ou caberia ao Estado garantir o acesso ao mesmo por meio de políticas públicas voltadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Segundo Niederle e Wesz Jr. (2018), “os princípios cívicos que sustentam o direito à alimentação adequada orientaram a ação do Consea no desenho de políticas públicas”. Foi neste espaço, conformado por atores estatais e da sociedade civil, que se produziram algumas das práticas mais inovadoras em termos de promoção da democracia alimentar onde se desenvolveram políticas de mercados alimentares com forte potencial de inclusão social (Niederle, 2017) que, para além da dimensão do acesso aos alimentos, se preocuparam com a qualidade dos mesmos, bem como com sua origem (Niederle e Wesz Jr., 2018). Cabe aqui destacar ainda que os conselhos de política alimentar são exemplos concretos de uma tentativa deliberada de desenvolver a prática da democracia alimentar (HASSANEIN, 2003).

O Programa Kitandas pode, portanto, ser analisado segundo a abordagem de “redes alimentares cívicas” ou “redes de cidadania agroalimentar”, que vai além das redes agroalimentares alternativas, tendo em vista que temas como solidariedade, cooperação, soberania e justiça alimentar passam a ganhar mais importância. As redes cívicas têm sido mobilizadas para caracterizar mercados que são, para além de “alternativos”, formados a partir do engajamento da sociedade civil organizada, onde as concepções de cidadania e democracia alimentar são centrais (Renting; Schermer; Rossi, 2012; Niederle e Wesz Jr., 2018).

A democracia alimentar se concentra explicitamente na participação cidadã na tomada de decisões sobre o sistema alimentar, diz respeito ao “poder do cidadão” e a busca por organizar o sistema alimentar de forma que as pessoas possam “se envolver diretamente com as decisões tomadas em seu próprio sistema alimentar” (Carlson e Chappell, 2015). A ideia de transformar os indivíduos em cidadãos ativos e não em consumidores passivos é, portanto, central para a democracia alimentar. Wilkins (2005, p. 271) definiu *cidadania agroalimentar* como “a prática de engajar-se em comportamentos relacionados à alimentação que apoiam, em vez de ameaçar, o desenvolvimento de uma democracia socialmente e economicamente justa, e um sistema agroalimentar ambientalmente sustentável”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema agroalimentar dominante e a forma monótona como os alimentos são produzidos, processados, transportados e consumidos impacta o solo, a água e a biodiversidade e, apesar disso, não tem conseguido gerar mais segurança alimentar e nutricional para a humanidade (Schneider; Preiss; Marsden, 2022). Estes impactos vêm afetando de maneira desigual e injusta a população de acordo com a classe, gênero, raça, entre outros marcadores sociais. Além da obesidade, da desnutrição e das mudanças climáticas coexistirem e interagirem entre si, elas têm em comum os sistemas alimentares hegemônicos como impulsionadores, bem como governança política inadequada para responder a eles. No entanto, a resposta às críticas segue sendo mais “modernização”, baseadas fortemente no aumento da produtividade e em soluções tecnológicas e privadas.

Em tempos de múltiplas desigualdades e crises sócio-ecológicas e econômicas, há um crescente entendimento sobre a necessidade de redirecionar e/ou transformar, com urgência, o sistema alimentar global, adotando uma abordagem que considere a prosperidade social para todos e sustentabilidade ambiental para o planeta (Schneider; Preiss; Marsden, 2022). No contexto atual é fundamental refletir sobre o acesso à alimentação, sobre quem não tem acesso a esses alimentos, sobre as desigualdades alimentares. A interseccionalidade em torno da alimentação não pode mais ficar de fora das discussões e conceitos como justiça alimentar, cidadania e democracia alimentar emergem como importantes referenciais para abordar o tema. A alimentação oferece uma série de pontos de entrada para entender os processos de mudança social, ao mesmo tempo em que documenta os padrões persistentes de fenômenos estruturais, como desigualdades de classe, raça e gênero no consumo de alimentos (MOTTA, 2021).

O reconhecimento de que o sistema agroalimentar foi e continua sendo um terreno contestado caracteriza um espaço importante para a agência individual e, sobretudo, coletiva. A participação ativa e o engajamento político estão no cerne da cidadania alimentar e da democracia alimentar. Falar da pressão pela democratização do sistema alimentar é reconhecer que existem espaços de resistência e criatividade nos quais as próprias pessoas tentam governar e moldar suas relações com a alimentação e a agricultura (HASSANEIN, 2003). O Programa Kitandas representa uma iniciativa de ativismo alimentar onde a sociedade civil organizada, estabelece redes de cooperação e cria uma estratégia de abastecimento alimentar mais justa, inclusiva, equitativa, saudável e sustentável, descentralizando o acesso aos alimentos, em uma luta por direitos, pela democracia e soberania e segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

ALKON, A; AGYEMAN, J. **Cultivating food justice: Race, class, and sustainability**. MIT press, 2011.

AZEVEDO, E. O Ativismo Alimentar na Perspectiva do Locavorismo. **Revista Ambientes e Sociedade**, v.18, pp.81-98, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2018 População Negra**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas para população negra nas capitais dos 26 estados brasileiros e no distrito federal em 2018. Brasília, 2019.

CASTRO, F. A imposição da fome é racismo alimentar. **RADIS**, FIOCRUZ, 2022. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/opiniao/pos-tudo/imposicao-da-fome-e-racismo-alimentar/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CASTRO, F. Apartheid Alimentar e o privilégio de comer no Brasil. **Ancestralidades**, Rio de Janeiro, 13 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.ancestralidades.com/post/apartheid-alimentar-e-o-privil%C3%A9gio-de-comer-no-brasil>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CASTRO JUNIOR, P. **Ambiente alimentar comunitário medido e percebido**: descrição e associação com Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros. 2018. Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2018.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO, 2022.

FONTOLAN, M. e LIMA, R. A dimensão étnico-racial do Direito Humano à Alimentação Adequada. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, e300111133649, 2022.

GALINDO, E; TEIXEIRA, M; DE ARAÚJO, M; MOTTA, R; PESSOA, M; MENDES, L; RENNO, Lúcio. **Working Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Working Paper Series Food for Justice 2a ed. 2022.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, p. 59-82, 2017.

GOODMAN, D. **Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo**. In: GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas**. Porto Alegre: UFRGS, p. 59-82, 2017.

GOODMAN, D. Rural Europe Redux? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 1, p. 3-16, 2004.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, D; DUPUIS, M; GOODMAN, M. **Alternative Food Networks: knowledge, practice and politics**. London: Routledge, 2012.

GOODMAN, D; DUPUIS, M. Knowing food and growing food: Beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis** 42 (1):5 - 22, 2002.

GOTTLIEB, R; JOSHI, A. **Food Justice**. MIT Press, 2010. p. 6.

GUTHMAN, J. Commodified meanings, meaningful commodities? Rethinking production-consumption linkages in the organic system of provision. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 2, p. 295-311, 2002.

HASSANEIN, N. Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 77-86, 2003.

MOTTA, R. Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy. Preliminary Research Program. **Food for Justice Working Paper Series**, no. 1. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021.

NIEDERLE, P. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G; BERGAMASCO, S. M. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: NEAD, p. 166-194, 2017.

NIEDERLE, P; WESZ JR, V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

ORGANICS. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil em 2021**. Publicado em 2022. Disponível em: <https://www.organicsnet.com.br/site/wp-content/uploads/2022/01/Pesquisa-Organis-2021-Amostra.pdf> Acesso em: 07 jun. 2023.

PATEL, R. **Food sovereignty**: Power, gender, and the right to food. PLoS Medicine 9 (6), 2012.

PENSSAN, REDE. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): relatório final**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar-PENSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SCHNEIDER, S; PREISS, P; MARSDEN, T. **Food and Agriculture in Urbanized Societies: Pathways for a Better Future** Vol: 26, 2022.

SCHUBERT, M; PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: SCHUBERT, M. et al. **Desafios e tendências da alimentação contemporânea: Consumo, mercados e ação pública**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 276 p. 2023.

SILVA, J. **Piora da Alimentação na pandemia deixa a população mais vulnerável a Covid 19**, diz ex-chefe da FAO. Por: FELLET, J. entrevista à BBC News Brasil, <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52626216>, publicada em 16 de maio de 2020.

SWINBURN, B. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. **The lancet**, 393(10173).791–846, 2019.

WILKINSON, J; GOODMAN, D. As análises em termos de « food regime » - uma releitura. In: ALLAIRE, G e DAVIRON, B. (ed.) **Transformations agricoles et agrolimentaires: entre écologie et capitalisme**. Versailles, Quae, 2017.

WINTER, M. Embeddedness, the new food economy and defensive localism. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p. 23-32, 2003.